

Requerimento – Audição ao Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Exmo. Sr. Deputado Alexandre Quintanilha,

Presidente da Comissão de Educação e Ciência

Exmo. Sr. Presidente,

O Governo assinou em julho de 2016 um Acordo de Legislatura com as Universidades e Institutos Politécnicos em que garantia que durante a legislatura o financiamento não seria reduzido e que seria compensada qualquer alteração relativa a aumentos de encargos salariais para a administração pública ou outras alterações legislativas com impacto financeiro.

Os aumentos previstos com as políticas desenvolvidas pelo Governo em 2017, implicaram um aumento da despesa nas instituições, o que à luz do compromisso assinado pelo Sr. Ministro, devia ser repostado. Infelizmente, tal não aconteceu e as instituições ainda não receberam os reforços orçamentais, estando o Governo português em dívida perante as Universidades e Politécnicos, que já deram várias notas públicas disso mesmo. Afirmou, no entanto, o Sr. Ministro no Parlamento, aquando da discussão do Orçamento do Estado de 2018 que tal seria resolvido ainda este ano:

“O OE2018 enquadra 4 principais ações de política. Primeiro, naturalmente, o concretizar do contrato de legislatura com as universidades e os politécnicos e desde já afirmo que ainda hoje tive a confirmação do Ministério das Finanças que o esforço ainda pendente em 2017 será concretizado ainda este mês.”

E em resposta ao Grupo Parlamentar do PSD, foi mais longe: *“não me passaria pela ideia que o acordo de legislatura não fosse cumprido. É isto que afirmo e obviamente **tenho todas as responsabilidades políticas para poder assumir o cumprimento integral do acordo de legislatura, como não podia deixar de ser**”*.

Contudo, as informações mais recentes, transmitidas pelo Secretário de Estado do Orçamento às instituições de ensino superior demonstram que porventura não existe intenção de transferir o reforço para a maioria das instituições, obrigando estas a comprometer saldos orçamentais e **por instrução do governo, incumprir o equilíbrio orçamental**.

Ou seja, o Governo incumpe com a palavra dada. O Ministério das Finanças introduz o princípio sibilino de olhar para os saldos das instituições sem atender à sua natureza, legitimando a utilização de saldos de projetos, independentemente do compromisso que sobre os mesmos recaia, em despesas correntes.

Esta situação, que Manuel Heitor afirma estar “certo que se trata de um erro”, sem que no entanto tenha sido corrigido, é obviamente grave e necessita de um esclarecimento cabal perante as instituições, os docentes, os estudantes e os portugueses em geral. A incoerência entre o Acordo assinado e as ações do governo, em caso de não alteração das circunstâncias consubstanciam um logro não tolerável.

Pelo exposto, dado que à data o reforço não foi transferido, vem o Grupo Parlamentar do PSD requerer a presença do Sr. Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, com caráter de urgência a fim de informar o parlamento sobre eventual incumprimento dos Acordos de Legislação e explicar a situação.

Palácio de São Bento, 11 de dezembro de 2017

Amélia Leão Albyan

Miguel António Albyan